



REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS
DO
MUNICÍPIO DE CAMINHA

Aprovado em RC de 6 de Abril de 2011

Aprovado em AM de 21 de Abril de 2011 e publicado edital em 28 de Abril de 2011

**Actualizado, face à taxa de inflação (art.º 4º nº 1) em RC de 14.12.2011 e
publicitado no site do Município**

PREÂMBULO

A Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro aprovou o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais. O referido diploma estabeleceu um regime geral respeitante às relações jurídico-tributárias geradoras de obrigação de pagamento de taxas às Autarquias Locais e introduziu um conjunto de novos requisitos a cumprir pelos Municípios, designadamente quanto à fundamentação económico-financeira do valor das taxas cobradas.

De entre as novas regras e princípios a que a criação das taxas locais se devem subordinar sobressai a exigência de que os novos regulamentos prevejam, aquando da criação das mesmas ou da alteração do seu valor, a fundamentação económico-financeira dos quantitativos a cobrar, designadamente ao nível dos custos directos e indirectos, dos encargos financeiros, das amortizações e dos investimentos realizados ou a realizar pelos municípios.

As exigências legais plasmadas na Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro não se encontram ainda inteiramente vertidas para o conteúdo dos normativos produzidos pelo Município, importando por isso, em face do limite para adaptação ao regime constante do citado diploma legal proceder à aprovação de um novo Regulamento de Taxas que cumpra as imposições legalmente previstas.

Neste contexto, para além do regime de liquidação e cobrança das taxas, o regulamento contém a indicação da base de incidência subjectiva e objectiva, esta por referência aos factos previstos na tabela e aos respectivos valores, a fundamentação económico-financeira relativa aos valores das taxas, a fundamentação das isenções nele contempladas, o modo de pagamento e outras formas de extinção da obrigação tributária, bem como as condições de admissibilidade do pagamento em prestações.

No cumprimento de tais pressupostos, devem as autarquias locais ter em conta não só a sua realidade específica ao nível da prossecução do interesse publico local e da promoção de necessidades sociais ou de qualificação urbanística, territorial ou ambiental, mas igualmente o respeito pelo princípio da proporcionalidade, em função da relação directa entre o custo do

serviço e a prestação efectiva do mesmo ao particular, sem prejuízo da margem concedida aos municípios na possibilidade destes fixarem taxas de desincentivo ou incentivo, consoante se vise desencorajar/penalizar ou fomentar a prática de certos actos ou procedimentos.

Assim, em face do exposto, nos termos do artigo 8.º, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 117/2009, de 29 de Dezembro, o n.º 1, do artigo 15.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, as alíneas a) e h), do n.º 2, do art. 53º, e a alínea a), do n.º 6, do artigo 64º, todas da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal o Regulamento e Tabela Geral de Taxas do Município de Caminha.

CAPÍTULO I

Das disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

O presente regulamento tem por objecto o regime de liquidação, de cobrança e do pagamento das taxas devidas ao Município de Caminha pela prestação concreta de um serviço público, pela utilização privada de bens do domínio público e privado da autarquia ou pela remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição da autarquia, nos termos da lei.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

O presente regulamento é aplicável em todo o município às relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação do pagamento de taxas à autarquia.

Artigo 3.º

Taxas

1 — As taxas a que alude o artigo primeiro constam da tabela que constitui o anexo I ao presente regulamento, dele fazendo parte integrante.

2 — A fundamentação económico-financeira relativa às taxas previstas na tabela referida no número anterior foi aprovada em reunião de Câmara Municipal, de 07 de Dezembro de 2009 e da Assembleia Municipal, de 18 de Dezembro de 2009.

Artigo 4.º

Actualização

1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2, do artigo 9.º, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, os valores das taxas são actualizados anualmente, com a aprovação do orçamento municipal, de acordo com a última taxa de inflação publicada pelo INE, com base no índice de preços no consumidor.

2 — O valor resultante da actualização prevista no número anterior será arredondado à centésima nas taxas de valor inferior a um euro e à décima nas taxas de valor igual ou superior, por excesso quando o valor a arredondar for igual ou superior a cinco e por defeito quando tal valor for inferior.

3 — A actualização prevista neste artigo produz efeitos a partir da data de entrada em vigor do orçamento municipal.

Artigo 5.º

Aplicação do IVA

As taxas devidas nos termos do presente regulamento estão sujeitas ao imposto sobre valor acrescentado (IVA), à taxa legal, nos casos e condições estabelecidos no respectivo código.

CAPÍTULO II

Da incidência

Artigo 6.º

Incidência objectiva

É devido o pagamento de taxas pelos factos previstos na tabela anexa, incidindo sobre as utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela actividade do Município, designadamente:

- a) Pela concessão de licenças, prática de actos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular;
- b) Pela utilização e ou aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal;
- c) Pela gestão de áreas de estacionamento público;
- d) Pela gestão de equipamentos públicos de utilização colectiva;
- e) Pelas actividades de promoção do desenvolvimento e competitividade local e regional;
- f) Pela remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares;
- g) Pela prestação concreta de qualquer outro serviço público, quando tal seja atribuição da autarquia.

Artigo 7.º

Incidência subjectiva

1 — O sujeito activo da relação jurídico-tributária geradora da obrigação do pagamento das taxas previstas no presente regulamento é o Município de Caminha.

2 — O sujeito passivo é a pessoa singular ou colectiva ou outra entidade legalmente equiparada que, nos termos da lei e do presente regulamento, esteja vinculada ao cumprimento da prestação tributária pelos factos mencionados no artigo antecedente.

3 — Estão sujeitos ao pagamento de taxas o Estado, as Regiões Autónomas, as autarquias locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o sector empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

CAPÍTULO III

Das isenções

Artigo 8.º

Isenções

1 — Estão isentos do pagamento das taxas previstas neste regulamento:

- a) As freguesias do Município de Caminha.
- b) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- c) As instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- d) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente que beneficiem de isenção do IRC nos termos do artigo 10.º do respectivo código;
- e) Outras entidades públicas ou privadas a quem a lei ou regulamento confira tal isenção.

2 — A pedido dos interessados poderá a Câmara Municipal isentar do pagamento das taxas previstas no presente regulamento, total ou parcialmente:

- a) As associações e fundações sem fins lucrativos, legalmente constituídas, relativamente aos factos que visem a prossecução dos seus fins estatutários, designadamente no âmbito cultural, desportivo, recreativo, social ou profissional;
- b) As pessoas singulares em situação de grave carência económica, devidamente reconhecida;
- c) Outras pessoas singulares ou colectivas, relativamente a factos que visem o desenvolvimento de actividades de manifesto interesse colectivo.

3 — A fundamentação das isenções previstas neste artigo consta do anexo II ao presente regulamento.

Artigo 9.º

Procedimento

1 — O pedido de isenção a que alude o n.º 2 do artigo anterior é formalizado por requerimento, contendo a identificação do interessado e o objecto do pedido, com referência à taxa, bem como as razões que o fundamentam.

2 — A isenção prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo anterior carece de parecer dos serviços municipais competentes, donde conste todos os factos relevantes para a decisão.

3 — O pedido de isenção mencionado na alínea c) do n.º 2 do artigo anterior deve ser instruído com os elementos necessários para avaliar o mérito do evento e o grau de relevância para o interesse municipal.

Artigo 10.º

Competência

Sem prejuízo do disposto em disposição legal ou regulamentar aplicável à matéria, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as isenções previstas no n.º 2, do artigo 8.º.

CAPÍTULO IV

Da liquidação e cobrança

Artigo 11.º

Liquidação

1 — As taxas previstas no presente regulamento são liquidadas com base na tabela que constitui o anexo I e nos termos estabelecidos nas normas legais ou regulamentares aplicáveis ao facto gerador da obrigação.

2 — A revisão dos actos de liquidação com fundamento em erro material ou de direito pode ser efectuada oficiosamente ou por iniciativa do sujeito passivo.

3 — A revisão a que se refere o número precedente é promovida pelo serviço municipal que praticou o acto de liquidação, no prazo máximo de 5 dias contados da data do conhecimento do erro ou da petição do sujeito passivo, mediante informação fundamentada, competindo ao presidente da câmara, por despacho, proferir a decisão final.

4 — Sempre que a taxa já se encontre paga, compete ainda aos serviços referidos no número anterior promover a cobrança ou a restituição do valor da diferença apurada no âmbito do procedimento de revisão, facto que deve ocorrer, respectivamente, no prazo máximo de 30 dias contados da data da notificação ao sujeito passivo ou de 15 dias contados do despacho mencionado no mesmo número.

Artigo 12.º

Cobrança

1 — A cobrança das taxas pode ocorrer sob a modalidade de pagamento voluntário ou de cobrança coerciva.

2 — Constitui pagamento voluntário o pagamento efectuado dentro do prazo estabelecido nas normas legais e regulamentares aplicáveis ao facto gerador da obrigação tributária.

3 — São devidos juros de mora pelo cumprimento extemporâneo da obrigação do pagamento das taxas, nos termos das leis tributárias.

4 — Findo o prazo de pagamento voluntário será extraída pelos serviços competentes certidão de dívida com base nos elementos que tiverem ao seu dispor, promovendo-se a instauração do processo de execução fiscal para efeitos de cobrança coerciva do montante em dívida.

CAPÍTULO V

Do pagamento

Artigo 13.º

Modo de pagamento

1 — O pagamento das taxas é efectuado em numerário, por cheque emitido à ordem do Município de Caminha, vale postal, débito em conta, transferência bancária ou por outros meios previstos na lei.

2 — As taxas podem ainda ser pagas por dação em cumprimento ou por compensação, nos casos e condições previstos na lei.

Artigo 14.º

Pagamento em prestações

1 — A pedido do devedor, poderá a Câmara Municipal autorizar o pagamento das taxas em prestações mensais, nos casos em que reconheça que o requerente, pela sua situação económica, não pode solver a dívida integralmente de uma só vez.

2 — O número de prestações não pode exceder 36 e o valor de qualquer uma delas não pode ser inferior ao valor de 1 unidade de conta no momento da autorização.

3 — No pedido o requerente deve indicar a forma como se propõe efectuar o pagamento e os factos que fundamentam a proposta, fazendo-o instruir com todos os elementos susceptíveis de influenciarem a apreciação do seu mérito, para os efeitos previstos no n.º 1.

4 — O prazo de pagamento de cada uma das prestações é fixada na autorização a que alude o n.º 1, acrescendo ao respectivo valor juros de mora, que continuam a vencer -se em relação a cada uma das prestações até ao seu integral cumprimento.

5 — A falta de pagamento de qualquer das prestações no prazo fixado, importa o vencimento imediato das seguintes, extraíndo-se de imediato certidão do título de cobrança relativa às prestações em falta, para efeitos de cobrança coerciva, nos termos previstos no Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Artigo 15.º

Local de pagamento

As taxas são pagas na tesouraria da Câmara Municipal, directamente ou através de débito em conta ou transferência bancária a favor de conta titulada em nome do Município, mediante guia de recebimento emitida pelo serviço responsável pela respectiva liquidação, nos termos previstos no Regulamento do Sistema de Controlo Interno em vigor na autarquia.

CAPÍTULO VI

Da extinção da obrigação

Artigo 16.º

Extinção da obrigação tributária

A obrigação tributária resultante da aplicação do presente regulamento extingue -se:

- a) Pelo cumprimento da mesma;
- b) Por revogação, anulação, declaração de nulidade ou caducidade do facto gerador da correspondente obrigação;
- c) Por caducidade do direito de liquidação;
- d) Por prescrição da dívida tributária;
- e) Por qualquer outra forma prevista na lei.

CAPÍTULO VII

Das garantias

Artigo 17.º

Reclamação e impugnação da liquidação

- 1 — Os sujeitos passivos das taxas previstas neste regulamento podem reclamar ou impugnar a respectiva liquidação, nos termos previstos no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais.
- 2 — A reclamação é deduzida perante o serviço que efectuou a liquidação da taxa no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação, presumindo-se indeferida, para efeitos de impugnação judicial, se não for decidida no prazo de 60 dias.
- 3 — Do indeferimento, tácito ou expresse, cabe impugnação judicial para o tribunal administrativo e fiscal da área do município, no prazo de 60 dias contados do indeferimento.
- 4 — A impugnação judicial depende de prévia dedução da reclamação prevista no n.º 2 do presente artigo.

CAPÍTULO VIII

Das disposições finais

Artigo 18.º

Direito subsidiário

Em tudo o que não estiver especialmente previsto no presente regulamento aplicar-se-á o disposto na Lei das Finanças Locais, no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, na lei geral tributária e no Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Artigo 19.º

Norma revogatória

Com a entrada em vigor do presente regulamento, são revogados:

- a) O Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Caminha aprovado pela Assembleia Municipal em sessão de 29 de Junho de 1990, com as alterações que lhe foram introduzidas posteriormente.
- b) As normas previstas nos diversos regulamentos municipais na parte contrariada pelo presente regulamento.

Artigo 20.º

Entrada em vigor

- 1 — O presente regulamento entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 2 — Aos factos geradores da obrigação do pagamento de taxas cujo início de procedimento tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste regulamento são aplicáveis as taxas vigentes naquela data, salvo se daí resultar prejuízo para o sujeito passivo.

ANEXO I

TABELA DE TAXAS GERAIS

CAPÍTULO I

SERVIÇOS DIVERSOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CONCESSÃO DE DOCUMENTOS

1	Afixação de editais relativos a pretensões que não sejam de interesse público – cada	6,07€
2	Autos de Cancelamento (cada)	4.87€
3	Atestados ou documentos análogos e suas confirmações – cada	3.65€
4	Autos ou termos de qualquer espécie - cada	6,07€
5	Averbamentos – cada	3.65€
6	Certidões de teor – cada	3,04€
7	Certidões de narrativa – cada	3,04€
8	Certidões de viabilidade de loteamento:	
	– até 5 lotes	30,37€
	– de mais de 5 lotes	60,73€
9	Certidões de viabilidade de construção:	
	– de um fogo	12.15€
	– de cada fogo a mais	2.44€
10	Certidões de propriedade horizontal – por cada fracção	6,07€
11	Buscas – por cada ano exceptuando o corrente, aparecendo ou não o objecto da busca	6,07€
12	1- Fotocópias autenticadas de documentos arquivados:	
	a) – não excedendo uma lauda ou face	2.44€
	b) – por cada lauda, ainda que incompleta, além da primeira	1.82€
	2- Outras fotocópias não autenticadas – por cada face	0.24€
13	Requisição para autorização de emprego de explosivos – por cada 10 kg.	3,65€

REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE CAMINHA

14	Fornecimento de cópias ou outras reproduções de processos relativos a empreitadas e fornecimentos:	
	a) – por cada processo	60,73€
	b) – acresce por cada folha escrita, reproduzida, copiada ou fotocopiada	0,36€
	c) – acresce por cada folha desenhada	2.44€
15	Fornecimento, a pedido dos interessados, de documentos necessários à substituição dos que tenham sido extraviados ou estejam em mau estado – cada documento	3.65€
16	Processo de arranque de eucaliptos, acácias ou outras árvores – cada	91,10€
17	Registo de minas e de nascentes de água minero-medicinais – cada	121,46€
18	Elaboração de requerimentos de interesse particular – cada	2.44€
19	Por cada confiança de processo, requerida mesmo verbalmente por advogado, para exame no seu escritório:	
	a)– Por período de 48 horas	6,07€
	b) – Por cada período de 24 horas além do referido na alínea anterior	12,15€
20	Restituição de documentos juntos a processos quando autorizada – cada folha	1.82€
21	Conferição e autenticação de documentos apresentados por particulares – cada folha	2,21€
22	Taxa de apresentação de requerimentos:	
	1 – Para pedido de viabilidade prévia de construção	12,15€
	2 – Para execução de construção	
	a) – De pequenas obras, restauros, reparações, anexos, muros etc.	6,09€
	b) – Moradias unifamiliares	12,15€
	c) – Prédios de habitação colectiva, mistos e de comércio ou indústria	24.30€
	3 – Para operações de loteamento	24.30€
	4 – Para outras petições de interesse particular	3,04€
23	Pedidos de desistência de pretensões formuladas – cada	1.82€

24	Outros serviços ou actos de natureza burocrática ou não especialmente previstos nesta tabela ou em legislação especial – cada	1.82€
----	---	-------

CAPÍTULO II

ARMAS E RATOEIRAS A FOGO, FURÕES E EXERCÍCIOS DE CAÇA E ALVARÁS DE ARMEIROS - Revogado

CAPÍTULO III

TAXAS DE REGISTO E DE LICENCIAMENTO DE CÃES - Revogado

CAPÍTULO IV

URBANIZAÇÕES, LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES

Licenças de Loteamento (Loteamentos Urbanos)

1	Alvarás de loteamento – cada	53,02€
2	Por cada lote, a acrescentar à taxa anterior	15.91€

Registo de declarações de responsabilidade (termos) (Execuções de obras)

1	Por técnico e por projecto, aditamento ao projecto ou obra	13,25€
---	--	--------

Taxas em função do prazo

1	Por cada período de 30 dias ou fracção	5.30€
---	--	-------

Taxas em função da superfície, a acumular com as anteriores (prazo)

1	Construção, reconstrução, ampliação ou modificação – por cada metro quadrado ou fracção da área total de cada piso:	
	a) - Para habitação	0,47€
	b) - Para fins comerciais, industriais ou profissões liberais	0,64€

REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE CAMINHA

2	Construção, reconstrução, ampliação ou modificação de telheiros, hangares, barracões, alpendres, capoeiras e similares, quando de tipo ligeiro e de um só piso e de área não superior a 30 metros quadrados – por metro quadrado ou fracção	0,47€
3	Abertura, modificação ou fechamento de vãos ou ampliação de fachadas principais, quando não impliquem a cobrança das taxas previstas nos números 1 e 2 – por metro quadrado da fachada alterada	2.66€
4	Construção, reconstrução ou modificação de terraços no prolongamento de edifícios ou quando sirvam de cobertura utilizável em logradouro, esplanada, etc., por metro quadrado ou fracção	0,49€
5	Construção de escadas exteriores de acesso – por metro quadrado e por piso	0,36€
6	Construção, reconstrução, ampliação ou modificação de vedações definitivas ou muros de suporte por metro linear ou fracção: a) - Confinantes com a via pública b) - Não confinantes com a via pública	0,36€ 0,28€
7	Construção, reconstrução, ampliação ou modificação de vedações provisórias confinantes com a via pública – por metro linear ou fracção	0,28€
8	Corpos salientes de construções, na parte projectada sobre vias públicas, logradouros ou outros lugares públicos sob administração municipal – taxas a acumular com as do art. 9º. e dos números anteriores – por piso e por metro quadrado ou fracção: a) – Varandas, alpendres integrados na construção, janelas de sacada e semelhantes b) – Outros corpos salientes destinados a aumentar a superfície da edificação	26.52€ 79.56€
9	Instalação de ascensores e monta-cargas – cada	13,25€
10	Obras de beneficiação exterior, que não sejam de limpeza e pintura na cor existente – por edifício e por piso: a) – Até dois pisos b) – Por cada piso a mais	2.66€ 1.31€

REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE CAMINHA

11	Demolição de edifícios – por piso	5.30€
12	Abertura de poços, incluindo a construção de resguardo – cada	13,25€
13	Terraplanagens e outras alterações de topografia local – por cada 100 metros quadrados ou fracção	1.31€
14	Fornecimento de plantas topográficas por cada uma e por local	5.30€

UTILIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES

Com resguardos ou tapumes

1	Com os diversos materiais e equipamentos necessários à execução das obras: a) – Por metro quadrado ou fracção da via pública até ao máximo de 6 m ² b) – Idem, de mais de 6 m até 12 m ² c) – Idem, de mais de 12m ²	0,64€ 0,90€ 1.06€
2	Com a colocação de resguardos ou tapumes: 2.1 – Por período de 30 dias ou fracção a acumular com as taxas anteriores: a) – Por piso do edifício por eles resguardado e por metro linear ou fracção incluindo cabeceiras	0,36€

Outras ocupações em áreas não delimitadas por resguardos ou tapumes

Por cada período de 30 dias ou fracção

1	Com andaimes: Por andar ou pavimento a que correspondam – por metro linear ou fracção	0,64€
2	Com caldeiras, amassadouros, depósitos de entulhos ou de materiais, bem como por outras ocupações autorizadas – por metro quadrado ou fracção	1.85€

Licenças para habitações ou ocupação de edifícios novos, reconstruídos, ampliados ou alterados

1	Habitação – por cada fogo e seus anexos	18,57€
2	Outras licenças de utilização – por cada 50 m ² ou fracção e relativamente a cada piso	13,25€
3	Mudança de destino de edificações licenciadas – por unidade: a) – Para fins habitacionais b) – Para outros fins	2.66€ 265,20€

REALIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS URBANISTICAS

VISTORIA E SERVIÇOS DIVERSOS

Vistorias incluindo todas as despesas delas decorrentes

1	Para licenças de utilização: a) – Um fogo e seus anexos, ou unidade de ocupação b) - Por cada fogo ou unidade de ocupação a mais	23,30€ 9.55€
2	Outras vistorias	21,22€

Serviços diversos:

1	Averbamentos de novos proprietários de licenças: a) – Averbamento de novos titulares de licença de obras b) – Idem, de loteamentos	26,52€ 39,77€
2	Fornecimento de novo boletim de responsabilidade ou de folhas de fiscalização – cada um	1.31€
3	Reapreciação de processos de obras ou de loteamentos	13,25€
4	Pedido de viabilidade de localização de estabelecimentos comerciais ou industriais	13,25€
5	Fornecimento de reprodução de desenhos ou plantas topográficas em papel de cópia, ezalide ou semelhante, por metro quadrado ou fracção	3.19€
6	Autenticação de documentos – cada um	2.13€

REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE CAMINHA

7	Numeração de prédios – por cada número de polícia fornecido	3.19€
---	---	-------

Reposição do pavimento da via pública, levantado ou danificado por motivo de realização de quaisquer obras ou trabalhos não promovidos pela Câmara Municipal – por metro quadrado ou fracção

a)	Macadame	4.76€
b)	Macadame alcatroado	15.93€
c)	Calçada à portuguesa	9.53€
d)	Calçada de paralelepípedos sem fundação	19,10€
e)	Calçada de paralelepípedos com fundação	23,33€
f)	Calçada a cubos sem fundação	19,10€
g)	Calçada a cubos com fundação	23,33€
h)	Calçada a cubos com fundação e macadame	25,46€
i)	Passeios em pedra ou lajedo	53,04€
j)	Betonilhas	19,10€
k)	Guia de passeio	26,52€
l)	Guia de valeta – por cada metro linear ou fracção	26,52€

Vistorias a habitações por mudança de inquilino

1	Por cada vistoria, incluindo deslocação e remuneração de peritos e outras despesas a efectuar pela Câmara	26,52 €
---	---	---------

Outros serviços e prestações diversas

1	Transferência de propriedade dos estabelecimentos (averbamentos nos alvarás) – por cada	
2	Sustento de animais – por animal e por cada período de 24 horas	2.13€

Utilização de sentinas públicas e chuveiros em zonas balneares

1	Sentinas públicas	0,10 €
2	Chuveiros	0,32 €

CAPÍTULO VI CEMITÉRIOS

Inumação em covais:

1	Sepulturas temporárias – cada	22,85€
2	Sepulturas perpetuas – cada	34,28€

Inumação em jazigo particular – cada	49,51€
--------------------------------------	--------

Exumação e inumação, incluindo limpeza e transladação dentro do cemitério – cada ossada	57,13€
---	--------

Concessão de terrenos

1	Para sepultura perpetua	457,07€
2	Para jazigo:	
	a) – Os primeiros 5 metros quadrados	1.142,68€
	– Cada metro quadrado ou fracção a mais	418,98€

Transladação	19,04€
--------------	--------

Averbamento em alvarás de concessão de terrenos em nome de novo proprietário

1	Classes sucessíveis, nos termos do n.º1 do artigo 2133 do Código Civil:	
	a) – Em alvarás de jazigos	57,13€
	b) – Em alvarás de sepulturas perpétuas	28,56€

REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE CAMINHA

2	Averbamentos de transmissão para processos diferentes: a) – Em alvarás de jazigo 50% da taxa de concessão em vigor da área do jazigo. b) – Em alvarás se sepulturas perpétuas 50% da taxa de concessão em vigor as sepultura.	
3	Depósito transitório de caixões, por dia ou fracção	5.71€

LICENÇAS

Obras em jazigos e sepulturas

1	Construção, ampliação ou modificação de jazigos	64,75€
2	Revestimento em cantaria, mármore ou outro material: a) – Sepultura perpétua b) – Sepultura Temporária	22,85€ 13.72€
3	Colocação de floreiras ou alegretes	2.67€

CAPÍTULO VII

OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO

LICENÇAS

Ocupação de espaço aéreo da via pública

1	Alpendres fixos ou articulados, não integrados nos edifícios por metro quadrado ou fracção e por ano	7.96€
2	Toldos e similares não integrados nos edifícios – por metro quadrado ou fracção e por ano	3.72€
3	Passarelas e outras construções ou ocupações – por metro quadrado ou fracção de projecção sobre a via pública e por ano	26,55€
4	Antena atravessando a via pública – por metro linear e por ano	6.37€
5	Guindastes e semelhantes – por mês	47,80€
6	Fitas anunciadoras: a) – Sobre fachadas de prédios – por semana b) – Sobre a via pública ou outros locais públicos – por dia	9,03€ 13,27€

Construções ou instalações especiais no solo ou subsolo

1	Depósitos subterrâneos com excepção dos destinos a bombas abastecedoras – por metro cúbico ou fracção e por uma só vez	63,73€
2	Pavilhões, quiosques e similares – por metro quadrado ou fracção e por mês	19,12€
3	Instalações provisórias por motivos de festejos, pistas de automóveis, carrosséis e similares – por metro quadrado ou fracção e por dia	0,74€
4	Circos e instalações de natureza cultural, por metro quadrado e fracção por dia	0,06€
5	Veículos automóveis, estacionados para exercício de comércio e indústria – por cada e por dia	19.12€
6	Atrelados, idem, idem, idem.	26,55€
7	Outras construções ou instalações especiais no subsolo por metro quadrado ou fracção por mês	6.37€

Ocupações diversas

1	Dispositivos destinados a anúncios e reclamos – por metro quadrado ou fracção e por mês	3,19€
2	Mesas e cadeiras – por metro quadrado ou fracção e por mês	1.59€
3	Arcas congeladoras ou de conservação de gelados, máquinas de tiragem de gelados e semelhantes, m ² ou fracção e por mês	7.96€
4	Grelhadores, idem, idem	15.93€
5	Tubos, condutas, cabos condutores e semelhantes – por metro linear ou fracção e por ano	0,68€
6	Grades, caixotes, garrafas ou outros artigos ou ocupações – por metro quadrado ou fracção e por mês	2.66€

CAPÍTULO VIII

INSTALAÇÕES ABASTECEDORAS DE CARBURANTES LÍQUIDOS

LICENÇAS

Bombas de carburantes líquidos – por cada uma e por ano

1	Instaladas inteiramente na via pública	796,60€
2	Instaladas na via pública mas com depósito em propriedade particular	477,96€
3	Instaladas em propriedade particular com depósito na via pública	531,07€
4	Instaladas inteiramente em propriedade particular mas abastecendo na via pública	265,53€

CAPÍTULO IX

CONDUÇÃO E REGISTO DE VEÍCULOS

LICENÇAS

1	Emissão de segunda via de licença de condução	19.65€
2	Revalidação das licenças de condução	19.65€

CAPÍTULO X

PUBLICIDADE

LICENÇAS

Publicidade sonora ou em estabelecimentos

1	<p>Aparelhos de rádio ou televisão, altifalantes ou outros aparelhos sonoros emitindo, com fins de propaganda, na praça ou na via pública:</p> <p>a) Por semana ou fracção</p> <p>b) Por mês</p> <p>c) Por ano</p>	<p>7.96€</p> <p>19,12€</p> <p>132,77€</p>
---	--	---

REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE CAMINHA

2	Publicidade exterior em estabelecimentos nas ombreiras, padieiras ou paredes: vitrinas, mostradores ou semelhantes destinados à exposição de artigos – por metro quadrado ou fracção por ano	7.96€
---	--	-------

Publicidade gráfica ou desenhada

1	Publicidade em viaturas, prédios montras, painéis ou outros locais: 1 – Sendo mensurável em superfície – por metro quadrado ou fracção da área incluída na moldura ou num polígono rectangular envolvente da superfície publicitária: a) – Por mês ou fracção b) – Por ano 2 – Quando não mensurável de harmonia com a alínea anterior – por anuncio ou reclamo: a) - Por mês ou fracção b) - Por ano	1.32€ 5.21€ 1.06€ 10.62€
2	Distribuição de panfletos ou qualquer outro tipo de impressos em qualquer lugar da via pública ou em espaços com ela confinantes. Por milhar ou fracção e por dia	26,55€
3	Inscrições, tabuletas, anúncios, cartazes e outros meios de publicidade não incluídos nos números anteriores – as taxas previstas no n.º 1 conforme os casos	

	Anúncios e frisos luminosos – por ano	7.96€
--	---------------------------------------	-------

Exposição no exterior dos estabelecimentos ou prédios onde aqueles se encontram

REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE CAMINHA

a)	De jornais, revistas, livros ou postais – por metro quadrado ou fracção e por ano	3.72€
b)	De fazendas, frutas, legumes e outras coisas ou objectos – por metro quadrado ou fracção e por mês	2.66€

CAPÍTULO X I
MERCADOS E FEIRAS
TAXAS

Venda a retalho

1	Lojas por metro quadrado e por mês (interiores)	5.00€
2	Lojas por metro quadrado e por mês (exteriores)	6.25€
3	Lugares de terrado no exterior: a) – Em Caminha – por metro quadrado e por dia b) - Em Vila Praia de Âncora – por metro quadrado e por dia	0,71€ 0,71€

Mercados

1	Vila Praia de Âncora: a) – Bancas por dia: • De peixe • De legumes b) – Bancas por mês: • De peixe • De legumes c) – Venda de gelo por barra	2.08€ 2.08€ 25.02€ 25.02€ 0.41€
---	---	---

REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE CAMINHA

2	Caminha:	
	a) – Bancas por dia:	
	1. De peixe	2.08€
	2. De legumes	2.08€
	b) – Bancas por mês:	
	• De peixe	25.02€
	• De legumes	25.02€
	c) – Venda de gelo por barra	0.31€

CAPÍTULO XII

CONTROLO METROLÓGICO DE INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO - Revogado

CAPÍTULO XIII

DIVERSOS

1	Licenças de vendedores ambulantes e feirantes, incluindo emissão de cartão	6.90€
2	Outras licenças não especificadas	13,27€

Utilização de material diverso

1	Retro - escavadora com operador – por hora ou fracção	42,48€
2	Compressor com operador – por dia ou fracção	398,30€
3	Betoneiras de cimento – por dia	106,21€
4	Grupo de moto bomba – por hora ou fracção	106,21€
5	Espalhadeira de alcatrão manual – por hora ou fracção	13,27€
6	Máquina de derreter asfalto – por hora ou fracção	7,96€
7	Dumper com operador – por dia ou fracção	106,21€
8	Camioneta de caixa aberta com motorista – por hora ou fracção	45.15€
9	Tractor com reboque e motorista – por hora ou fracção	31.86€

REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE CAMINHA

10	Jeep com condutor por km.	0,64€
11	Carrinha com condutor por km.	0.64€
12	Mini Autocarro com condutor por km.	0,90€
13	Tractor e motorista com reboque, cisterna e grupo de moto bomba – por hora ou fracção	42.48€

Indemnização de danos em bens do património municipal

Outros serviços

1	Remoção de anúncios, reclusos e toldos colocados igualmente na via pública, ou nas fachadas dos prédios ou locais visíveis da via pública – taxa fixa	63,73€
2	Remoção de barracas, stands e outras construções instaladas no domínio público ou privado do município, sem licença ou autorização da Câmara – por cada fita	95,59€
3	Renovação de fitas anunciadoras colocadas sobre a via pública ou fachadas de prédios, sem licença ou autorização da Câmara – por cada fita	15.93€